

Pacote poderá ser antecipado

Em-Brasil

26 AGO 1993

Momento político é que definirá a adoção de medidas econômicas, diz a equipe

O momento exato para que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anuncie as medidas de estabilização da economia será ditado pelo quadro político do País. "É o momento político que definirá o momento econômico", diz o ministro Cardoso aos seus auxiliares. A equipe econômica gostaria de ganhar tempo e adotar o programa econômico somente após os resultados da revisão constitucional, mas já discute a possibilidade de fazer coincidir a adoção das novas medidas, que não seriam acompanhadas de choques ou soluções milagrosas, com os trabalhos da revisão constitucional.

"Tudo dependerá da avaliação política. Quem sabe não pode ser antes da revisão?", pondera um assessor da equipe insistindo, no entanto, que as novas medidas não serão adotadas imediatamente. O ministro Cardoso está atento às ponderações dos economistas, que defendem vários passos até que o Governo possa adotar o programa de estabilização. A discussão, no entanto, considera a experiência de países como Argentina e México, que primeiro atacaram a inflação e, depois, resolveram os problemas fiscais do país. Uma corrente no próprio Governo ad-

mite que esta hipótese deve ser analisada, inclusive como instrumento de pressão do Executivo para conquistar melhores resultados na revisão constitucional.

Pressões — O próprio ministro Cardoso, com a experiência política, se sente à vontade para contestar os argumentos técnicos. Nas reuniões, o ministro deixa claro que não necessariamente concorda com o "timing" defendido pela equipe técnica. "O ministro não concorda com tudo o que é defendido pelos assessores", admite um graduado funcionário do Ministério da Fazenda. Por outro lado, está convencido, também, de que o País ainda não se confrontou com o momento político que ditará a adoção das novas medidas para controlar a inflação e estabilizar a moeda brasileira. As pressões políticas a que se refere o ministro nas conversas com a equipe não se traduzem, apenas, nas cobranças dos partidos políticos. "É preciso saber como se comporta a sociedade como um todo", definem os assessores que se aliam a uma visão política dos problemas econômicos do País.

A avaliação do ministro Cardoso é clara: não se caracteriza,

ainda, um movimento da sociedade contra a inflação e na defesa intransigente de um novo programa de estabilização. As pressões, nesta análise de conjuntura do Ministério da Fazenda, estão restritas aos sindicatos organizados, que lutam por uma reposição salarial de 100% da inflação, e setores empresariais específicos, como o setor têxtil e indústria de base. O setor têxtil teme enfrentar a concorrência externa com a liberação das importações e o setor de base passa por momentos difíceis porque sobrevive das encomendas do setor público. "Fora estes setores a economia privada vai muito bem obrigado. Quem vai mal são as contas públicas", dizem os economistas do Governo.

Esta análise também afasta o risco de uma hiperinflação, que foi a "deada semana passada pelo sec. stário de Política Econômica, Winston Fritsch. O secretário faz uma defesa intransigente de que, sem o ajuste fiscal, a hiperinflação aparecerá de forma anunciada a partir do segundo semestre do próximo ano. Mas na própria equipe existem assessores que contestam a tese argumentando que com a economia altamente indexada "é impossível uma hiperinflação".